

formização do Critério de Julgamentos Singulares”, divulgou entendimento no sentido de que se do objeto social constar, exclusivamente ou não, a atividade de a sociedade participar de outras empresas, como sócia ou quotista, a referida sociedade será uma sociedade empresária e, portanto, sujeita a registro na aludida Junta Comercial.

Ainda conforme o mencionado órgão, se a sociedade explorar atividade intelectual, de natureza científica, literária, ou artística, e que tenha como elemento de empresa as referidas atividades, será tal sociedade empresária, devendo declarar, expressamente no contrato social, que explora atividade econômica empresarial organizada, levando seus atos a registro na Junta Comercial.

Nesse ponto, uma nova pergunta surge: como se enquadram, por exemplo, as denominadas sociedades uniprofissionais, até então registradas em cartório como sociedades civis e identificadas como tais desde a sua denominação, pela utilização da abreviatura S/C Ltda.?

Tais sociedades serão consideradas como *sociedades simples* se elas têm por principal objetivo o exercício em comum de uma atividade intelectual, científica, literária ou artística, sem que haja o denominado *elemento de empresa*, assim podendo considerar-se aquelas que, embora possuindo um uma atividade de fim econômico (exercício profissional) e com o escopo de obtenção de resultados financeiros que serão partilhados entre os sócios, realizam operações de natureza não-empresarial (atividade negocial, mas sem conteúdo empresarial).

Entretanto, quando a atividade profissional é absorvida pela atividade empresarial, da qual o exercício profissional é um simples elemento, temos por caracterizada a figura da *sociedade empresária*. Como exemplo poderíamos citar uma clínica, com estrutura empresarial, em que o serviço profissional prestado pelos médicos é apenas um elemento do objeto da sociedade.

Evidentemente não é fácil esta-

belecer-se uma clara distinção, até para os órgãos registrários como a Junta Comercial e o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Essas entidades, lastreadas em pareceres internos ou mesmo encomendados a renomados juristas, estão solucionando a questão quase que “empurrando” o problema para os sócios das empresas, pois passam a exigir que os contratantes (em especial nas sociedades por quotas), declarem expressamente nos instrumentos se a sociedade é empresária ou se ela é sociedade simples. Vemos nesse sentido o disposto no item 34 do rol da acima citada “Uniformização do Critério de Julgamentos Singulares na Junta Comercial do Estado de São Paulo” (vide [www.jucesp.sp.gov.br](http://www.jucesp.sp.gov.br))

De qualquer maneira, será muito importante que os sócios, em particular no caso das antigas sociedades civis, com o capital dividido em quotas (identificadas na denominação com o S/C Ltda.), ponderem qual é o real objetivo social de cada uma, pois em razão dele será definido a natureza da empresa em face das novas normas de direito privado, não importando ser a mesma sociedade uniprofissional ou não, pois esse aspecto por ora diz mais respeito a aspectos tributários (incidência de ISS), não afetado pelas questões de natureza de registro.

Destaque-se que muitas são as diferenças entre as sociedades simples e as sociedades empresárias, particularmente em termos de responsabilidades dos sócios, que nas simples tendem a ser da espécie ilimitada, salvo se expressamente constar do contrato social que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, sendo que somente nelas é admitido sócio que contribua com serviços ou trabalho, possibilidade esta inexistente nas sociedades empresárias.

É de se ressaltar, também, que se a sociedade simples adotar o tipo de sociedade limitada, haverá a obrigatoriedade de realização de reunião periódica de sócios (ou assembleias, se forem mais de 10 sócios), aprovação de balanços, e outras

tantas obrigações que até ao advento do novo Código nem se cogitava, sendo, assim, premente a realização das adaptações dos contratos sociais.

Nesse passo, passemos para a segunda questão, que é a pertinente a o que acontece se não houver tal adaptação. A rigor tal fato obstará a realização de qualquer nova alteração contratual, até de mudança de endereço, pois a sociedade estará carente no atendimento à nova lei, permanecendo em uma condição de quase irregularidade, podendo, inclusive, haver o risco de os sócios tornarem-se ilimitadamente responsáveis pelos negócios e atos sociais.

E as sociedades formadas por sócios que também são marido e mulher? Se já existentes antes do novo Código, nenhum problema acarretará, pois deverá ser respeitado o ato quando de sua constituição, podendo os cônjuges permanecer como sócios.

Para novas sociedades ou ingresso de novos sócios, haverá a proibição de que da mesma empresa participem marido e mulher, legalmente casados, quando tenham optado pelo regime de bens da comunhão universal ou tenham se casado pelo regime da separação obrigatória, nas hipóteses determinadas em lei.

Por evidente neste artigo o foco principal é o de alertar para a importância e a necessidade de as empresas, associações e fundações promoverem as aludidas revisões a adaptações contratuais ou estatutárias, até porque muitas não possuem a estrutura de gestão ou de administração hoje exigidas, além, naturalmente, de ser fundamental que os sócios e associados revejam seus objetivos e até condições de mando político/social dentro da empresa, pois passaram a ser exigidos *quorum* especiais até para a mudança de endereço da sede social, visto implicar em alteração do contrato (necessita de votos de sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital)

*Dra. Gloria Maria C. M. S. Porchat  
é advogada da área de Direito  
Empresarial*